



Contrato de concessão dos ônibus prejudica a população

Célia Satil

O governo do estado e a prefeitura do Rio de Janeiro anunciaram, no começo deste ano, novas tarifas para o transporte da cidade. No entanto, usuários e especialistas em transporte público criticam os novos valores. Segundo eles, o aumento da tarifa não é revertido em mais qualidade do serviço para a população.

.....Página 5



PELAS EMPRESAS

Ampla e INB têm
propostas rejeitadas
por trabalhadores

.....Página 7

OPINIÃO

As promíscuas
relações da família
Sarney

.....Página 02

ENTREVISTA

Consumidores
devem se organizar
para evitar abusos

.....Página 03

JURÍDICO

Fique atento à
correção do saldo
do FGTS

.....Página 07



59% dos engenheiros trabalham fora da área,
segundo constatação do Ipea

.....Página 4

PEDRINHAS NO CAMINHO

No momento em que o governo atravessa um período difícil tanto na economia quanto na política, a rebelião e as mortes no presídio de Pedrinhas trazem um complicador adicional e são fonte de enormes preocupações principalmente quando os contornos do ano eleitoral começam a se definir. O problema mais complexo de ser resolvido por Dilma é a falta de confiança dos setores empresariais nas políticas governamentais, diminuindo o nível de investimentos e, dessa forma, desacelerando os processos produtivos.

E não é por falta de atender os desejos do mercado que o governo tem pecado. Os portos e aeroportos foram privatizados, as obras de infraestrutura têm sido entregues a empreiteiras, as empresas estatais do setor elétrico tiveram seu espaço de atuação reduzido e a Petrobras vem sendo utilizada para conter a inflação na medida em que os preços dos combustíveis vêm sendo severamente contidos. Além disso, no que tange à agricultura, os financiamentos dos bancos oficiais têm irrigado fartamente o agronegócio. O que está faltando? Talvez seja esta a pergunta que não encontra resposta por parte do governo.

Pode ser que o episódio de Pedrinhas seja rapidamente resolvido, saia da mídia, inclusive internacional, e deixe de ser um sério problema na base do governo. No entanto, o quadro eleitoral ainda está longe de se definir e a reeleição é uma grande incógnita.

SOS MARANHÃO

As promíscuas relações entre a oligarca família Sarney e seus correligionários

AGAMENON OLIVEIRA*

Os recentes episódios de mortes e rebeliões no presídio de Pedrinhas em S. Luis do Maranhão – fugindo totalmente do controle dos órgãos governamentais – fazem parte do quadro geral de degradação política e social daquele belo estado.

Antigamente, o Maranhão era conhecido como a terra dos poetas, não por conta dos atentados linguísticos cometidos por José Sarney, mas por causa de Gonçalves Dias, Coelho Neto, Artur Azevedo, Ferreira Gullar e muitos outros. Do jeito que as coisas vão esperamos que não passe a ser conhecida como o lugar dos “poetas mortos”. São Luis, a capital, tem características *sui generis* inexistentes em outras cidades brasileiras. É a única cidade do país fundada por franceses, em 8 de setembro de 1612, invadida por holandeses e colonizada por portugueses.

O estado vem sendo governado há 50 anos pela família Sarney – motivo de desgosto para todos os brasileiros. Em recente reportagem publicada no *O Globo* (12/01/2014), as relações promíscuas entre o governo de Roseana Sarney com as empresas de seus parentes e correligionários são mostradas em detalhes. Somente no período de 2009 até o final de 2013, R\$274,1 milhões dos cofres do estado

“ É a apropriação privada do aparelho do estado a serviço de uma oligarquia. E quem for contra, que se mude.

“ Quem faz a segurança do presídio de Pedrinhas é a Atlântica Segurança. Empresa de Luiz Carlos Cantanhede, ex-sócio de Jorge Murad, marido da governadora.

foram repassados para essas empresas, muitas vezes sem nenhum processo licitatório. Às vezes, até no mesmo dia, uma quantia de centena de milhares de reais era também transferida na forma de doações de campanha da governadora ou de seus candidatos.

No campo da segurança pública a situação é semelhante. Quem faz a segurança do presídio de Pedrinhas é a Atlântica Segurança, que na distribuição de repasses do estado foi contemplada com R\$ 22,2 milhões. Não por coincidência, seu dono, Luiz Carlos Cantanhede, é ex-sócio de Jorge Murad, marido da governadora.

Em todos os setores e órgãos de poder do estado, inclusive no Judiciário, estão pessoas de confiança da família Sarney. Isto, além de criar um sistema de blindagem impossibilitando qualquer fiscalização sobre o governo, impede a criação e o desenvolvimento de opiniões diferentes. Não é, somente, o pensamento único, mas a apropriação privada do aparelho de estado a serviço de uma oligarquia. E quem for contra, que se mude.

* Agamenon Oliveira é diretor do SENGE-RJ



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 801 e 1703 - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos, Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gerson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



LIGHT

Consumidores devem se organizar para evitar abusos

Olímpio dos Santos Alves

Com receita de mais de 1 bilhão, concessionária segue oferecendo serviço de baixa qualidade

Fonte: Jornal *Brasil de Fato*

Mesmo com receita de R\$1,737 bilhão, a Light segue sem fazer os investimentos necessários para oferecer um serviço de qualidade. Esse é o diagnóstico do presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio (Senge RJ), Olímpio dos Santos Alves. O sindicalista é taxativo: “Se a gente quiser melhorar o serviço, só tem um caminho: os consumidores precisam se organizar”.

Brasil de Fato – Em 2013, o carioca ficou, em média, 15h21 minutos sem energia. O limite estipulado pela Aneel é de 9h2 minutos. Afinal, por que não há fiscalização?

Olímpio dos Santos Alves - Por que após a privatização os governos criaram agências reguladoras que estão, em sua grande maioria, capturadas pelas grandes empresas privadas. Algo que ocorre em todos os setores e é próprio do neoliberalismo que acredita que o mercado se autorregula. Se a Light não presta um serviço adequado, deveria ser aplicada uma série de multas. O serviço de energia é monopólio do Estado, que pode

conceder para que empresas o explorem. Mas tem que prestar um bom serviço. Se isso não acontece, a concessão deve ser tomada.

Diante das falhas recorrentes, o deputado Fernando Jordão (PMDB) enviou um ofício à Aneel pedindo a caducidade dos contratos com Light e Ampla. Como o senhor vê isso?

É importante. Mas acho difícil que a Aneel tenha coragem. Esse tipo de coisa só ocorre se a população entrar no jogo, reivindicando um serviço de qualidade. Caso contrário, fica um jogo entre eles: a Aneel multa, a concessionária recorre, o processo se arrasta por dez anos e é extinto no Judiciário.

Só nos últimos dias aconteceram protestos contra a Light na Mangueira, Morro da Matriz, Campo Grande, Tijuca. Além de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Como avalia essa série de manifestações?

O protesto dessas pessoas, para a mídia comercial e para o poder, não tem tanto peso. Ou não tem tanto peso como as manifestações

do pessoal de Copacabana e Ipanema. Quando se fala em 15 horas sem luz, é sinal que os bairros do subúrbio e da periferia devem ter ficado mais de 30 horas sem energia. O que pode significar uma interrupção de mais de 24 horas. Ficar sem energia causa vários transtornos: se perde comida, o trabalhador não consegue dormir para encarar a jornada, acaba ficando sem água. Sem falar nos picos de energia que danificam geladeira, ventilador, micro-ondas. Isso acontece demais.

A Light tem alegado que as interrupções acontecem por causa de furtos de cobre. Isso se sustenta?

Não. As interrupções acontecem por falta de investimento. É

“Essas empresas deveriam prestar um serviço ao público e não aos acionistas

natural que nesta época do ano o consumo de energia elétrica aumente. Se não se investe na rede, ocorre sobrecarga. Outra coisa: a Light demora a agir porque não tem capacidade para atender os problemas que ocorrem simultaneamente. Os trabalhadores que atuam na manutenção não são da Light, são terceirizados. Com a alta rotatividade, as pessoas não conhecem o sistema como um todo. Sem falar nos baixos salários. Destaco, ainda, que é proibida a terceirização no serviço elétrico e a Aneel não fiscaliza.

O último aumento da tarifa aconteceu sem a realização de uma audiência pública presencial. Na época, o Senge encaminhou um ofício à Aneel. Vocês tiveram algum retorno?

Não. No meu entender, a Aneel está para atender os problemas das empresas, não os dos consumidores. Essas empresas deveriam prestar um serviço ao público e não aos acionistas. Se a gente quiser melhorias, só tem um caminho: os consumidores precisam se organizar de fato. O modelo poderia ser uma associação nacional de consumidores.

59%

dos engenheiros não trabalham na área



Sete em cada dez profissionais não ocupam postos de trabalhos típicos de suas áreas

Fonte: Fisenge

Sete em cada dez profissionais de ciência, tecnologia e engenharias (CTEM) não ocupam postos de trabalhos típicos de suas áreas de formação. A constatação está em um estudo divulgado pelo Ipea. Por meio do Censo de 2010, a pesquisa verificou que 59% dos engenheiros, por exemplo, trabalham em setores não típicos, como mercado financeiro e ensino. Entre os formados em ciências, matemáticas e computação, o resultado é ainda mais surpreendente, com apenas 21% ocupando postos comuns à profissão.

Os autores do documento, os técnicos do instituto Paulo Meyer e Aguinaldo Maciente, destacam que esta realidade “é natural, tendo-se em vista que

a formação em carreiras como engenharia, matemática e física permite desempenhar atividades de gestão e tantas outras”. Eles ressaltam, no entanto, “que a tendência parece ser intensificada no Brasil pelo fato de seu mercado formal de trabalho ser pouco intensivo em funções típicas de CTEM”.

Ainda no mesmo estudo, publicado na 30ª edição do boletim Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, ainda traçam um panorama do mercado de trabalho e revelam que os profissionais de CTEM apresentam, em geral, a maior taxa de ocupação entre indivíduos de nível superior, além de tenderem a estar empregados com maior frequência em postos formais (com carteira assinada) e aparecerem em proporção maior como empregadores (empreendedores).

ARTIGOS

Apresentado em Brasília, na sede do Ipea, o boletim Radar traz outros dois textos. Um deles aborda a distribuição territorial dos profissionais de CTEM. Os resultados mostram que, entre 2000 e 2010, houve aumento na concentração espacial desses profissionais. Se em 2000 havia alguns locais, das regiões Norte e Nordeste, nas quais existia uma elevada proporção relativa de profissionais de CTEM, em 2010 a maior parte com formação especializada passou a se concentrar nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

“Esse dado pode indicar que a expansão do nível superior, no interior do país, se deu em áreas que não são de CTEM, diferentemente das outras regiões que tiveram proporção de cursos balanceada”, explicou Aguinaldo Maciente.

As características da demanda por

internet fixa no Brasil foram o tema do terceiro e último artigo da publicação. A pesquisa buscou entender quais fatores podem influenciar o aumento da disponibilidade de internet banda larga nos municípios. E avaliou, ainda, o nível de concentração do mercado de oferta de banda larga fixa.

Apesar do crescimento de 42,1% entre 2010 e 2012 na densidade de acesso à banda larga no Brasil, o estudo do Ipea indica grande disparidade na disponibilidade de internet. João Maria de Oliveira, técnico do Ipea e autor do estudo, explicou que, no âmbito de políticas públicas, é necessário que sejam pensadas maneiras de estimular a oferta da banda larga, de forma a reduzir a desigualdade. “Uma das formas de se fazer isso é aumentar a competitividade entre as empresas, principalmente nos pequenos municípios”, argumentou.

SMP

Salário Mínimo será de R\$ 724,00 em 2014

Com o reajuste do Salário Mínimo Nacional, que passou para R\$ 724,00 em janeiro, o SENGE-RJ divulgou a tabela com os novos valores para o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros.

Os engenheiros têm seu piso salarial regulado pela Lei 4.950-A, que fixa um mínimo profissional de 06 (seis) salários mínimos para uma jornada diária de 06 horas de trabalho. O trabalho após a sexta hora é remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre cada hora

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

06 horas	R\$4.344,00
08 horas	R\$6.516,00

adicional à sexta. No cálculo para jornada diária de 08 (oito) horas de trabalho já estão incluídos os valores das 02 (duas) horas adicionais.

De acordo com a mesma lei, o salário mínimo profissional, independentemente da observância da política salarial, será alterado sempre que houver mudança no valor do salário mínimo nacional.

INFORME

Resultado da eleição para Conselheiro do CREA-RJ

Eleição foi realizada pela internet através do VotaSenge

O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) divulga o resultado da Eleição para complementação das suas respectivas vagas de Conselheiros, Titulares e Suplentes, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), desta vez, na modalidade de Engenharia Elétrica/Eletrônica, cujo mandato se encerra em 31 de dezembro de 2016.

Foram eleitos os seguintes engenheiros: para titular, Marco Aurélio Barcelos (aposentado da Central), eleito com 153 votos e, como seu suplente, Pedro de Souza Moreira (aposentado de Furnas). A outra vaga de Conselheiro Titular foi preenchida por Clayton Guimarães do Vabo (Light), eleito com 133 votos.

A eleição foi realizada através do sistema VotaSenge, via Web (Internet), no dia 30 de dezembro.

Contra o aumento das tarifas do transporte

Existem todas as razões para levar a prefeitura a proceder, com urgência, a revisão



Célia Satil

O governo do estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciaram, no começo deste ano, novas tarifas para o transporte da cidade. No entanto, usuários e especialistas em transporte público criticam os novos valores. Segundo eles, o aumento da tarifa não é revertido em mais qualidade do serviço para a população.

O decreto da prefeitura que eleva as tarifas de ônibus R\$ 2,75 para R\$ 3,00 foi assinado depois de o Tribunal de Contas do Município (TCM) alegar não ter, neste caso, competência para decidir. O mesmo TCM, em estudos com vistas à revisão tarifária de 2012, concluiu que os dados apresentados pelas empresas à prefeitura não têm garantia de confiabilidade técnico-econômica. O parecer técnico denuncia a inércia do poder público ao se limitar a aplicar os índices de revisão sugeridos pelas concessionárias em estudos que elas mesmas produzem.

Nos contratos de concessão a fórmula de reajuste periódico das tarifas inclui apenas fatores de custo e nenhum fator de aumento ou redução de passageiros. Os fatores levados em conta são as variações dos preços de óleo diesel, pneus, ônibus e a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Os contratos determinam, ainda, que a TIR (Taxa

Interna de Retorno), leia-se lucratividade, pode ser majorada, entre outras razões, pelo aumento significativo da quantidade de passageiros pagantes em relação ao aumento de custos.

A prefeitura não dá informações precisas sobre o uso do Bilhete Único e também não deixa claro se a informação de Passageiros Transportados inclui ou não o segundo uso gratuito por causa do Bilhete Único. A informação disponível diz apenas que o Bilhete Único Carioca beneficia 400 mil viagens/dia, o que corresponde a 146 milhões de viagens/ano. Assim, o número de passageiros pagantes transportados/ano é de 1.054.401.168 passageiros. Esta diferença de 12,2% é decorrente do uso gratuito na segunda viagem, para o ano de 2012. De 2011 para 2012, o crescimento, já descontando o efeito do Bilhete Único, foi de quase 180 milhões passageiros/ano, um aumento de 20,5% de demanda, acompanhado de um aumento de 5,1% na quilometragem percorrida. Segundo site da prefeitura, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012 os custos calculados pela fórmula tarifária aumentaram apenas 6,11%. Levando-se em conta que houve um aumento de 5% na quilometragem, o custo do sistema teria crescido então 11,6%.

CONCLUSÃO

Entre 2011 e 2012 o aumento de receita do sistema foi 20,5%, maior, portanto, que os 11,5% do aumento de custos. Examinando a variação de 2010 para 2012, desde o início da Concessão, a quilometragem aumentou em 3% e os passageiros transportados (já excluído o impacto do não pagamento por Bilhete Único) aumentaram em 22,6%. E mais: em março de 2013 houve redução de impos-

tos federais (PIS/COFINS) em 3,65%.

Todos esses dados confirmam que não há razão para reajuste. Ao contrário, existem todas as razões para levar a prefeitura a proceder, com urgência, a revisão, também prevista em contrato, fazendo valer, em nome dos cidadãos, o poder que tem como concedente de exigir das concessionárias um serviço público de qualidade e preço justo para todos.

• MAIS INFORMAÇÕES

http://www.transparenciamobilidade.rio.gov.br/contrato_transcarioca.html

<http://www.transparenciamobilidade.rio.gov.br/planilha.html>

<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

Pela redução do número de faixas do Piso Salarial Estadual

Em julho de 2000, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei, enviado pelo Poder Executivo, autorizando a criação de pisos salariais de abrangência estadual. Através da Lei Complementar – LC 103, governadores ficaram autorizados a propor às respectivas assembleias legislativas a criação dos pisos estaduais que beneficiaram os grupos de trabalhadores definidos na lei estadual. A exceção prevista na cobertura da LC 103 recaía sobre os servidores públicos municipais e sobre os trabalhadores inseridos em categorias que tivessem piso fixado em convenção ou acordo coletivo.

Já em 2001, o estado do Rio de Janeiro e, depois, o do Rio Grande do Sul, foram os primeiros a fazer uso desta previsão legal, criando os seus pisos estaduais. Na sua forma original, a lei aprovada no Rio de Janeiro, com apenas um valor para todas as ocupações, foi questionada judicialmente por entidades patronais. Logo em seguida, o executivo estadual aprovou nova lei do piso, contendo três faixas de valores muito próximos, para grupos diferenciados de ocupações, o que viabilizou, desde então, a sua aplicação. Anos depois, Paraná, São Paulo e Santa Catarina também instituíram pisos salariais estaduais.

Desde o início da discussão da LC 103, bem como desde a primeira forma adotada para a lei no RJ, ficou evidente que a intenção dos legisladores seria permitir aos estados com maior potencial econômico estabelecerem um piso para a remuneração dos trabalhadores que fosse mais elevado que o salário mínimo nacional. Isto é, na intenção, tratava-se de permitir a fixação de uma espécie de salário mínimo estadual, de modo a promover uma melhor distribuição da renda nas regiões com capacidade de pagar salários mais altos.

Nessa perspectiva, a evolução do piso salarial no RJ, ao longo dos anos, foi em sentido contrário, na medida

FAIXAS SALARIAIS POR ESTADO

“Para se ter uma ideia, neste aspecto, o RJ destoa completamente do que ocorre nos demais estados onde há piso salarial.

Por esta razão, já há dois anos, os trabalhadores, através das Centrais Sindicais que lhes representam no CETERJ, vêm pleiteando a redução das nove faixas atuais para apenas cinco faixas.”



em que, gradativamente, foram introduzidas novas faixas salariais e foi ampliada a distância entre os valores de cada faixa. Atualmente, a lei do piso salarial fluminense fixa nove faixas salariais, tornando bastante complexa a sua compreensão e difícil a fiscalização de sua correta aplicação. Para se ter uma ideia, neste aspecto, o RJ destoa completamente do que ocorre nos demais estados onde há piso salarial. Em São Paulo, são apenas duas faixas, em Santa Catarina e no Paraná, são quatro faixas e no Rio Grande do Sul, por fim, são cinco faixas salariais.

Por esta razão, já há dois anos, os trabalhadores, através das Centrais

Sindicais que lhes representam no Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Estado – CETERJ, vêm pleiteando a redução das nove faixas atuais para apenas cinco faixas. Esta proposta foi debatida exaustivamente com a bancada patronal que chegou a sinalizar que a aceitaria. Mas, no apagar das luzes da negociação, provavelmente não em razão do número de faixas, mas sim em razão dos valores resultantes, voltou atrás em sua posição.

Neste momento, as propostas estão sendo debatidas na ALERJ. Há sensibilidade de vários deputados para o pleito dos trabalhadores. Reconhecem que

o RJ, nesse aspecto, é “um ponto fora da curva”; que a alteração proposta traria mais racionalidade e efetividade à lei, ampliando seu alcance e beneficiados. Afinal, é para isto que serve uma lei, para produzir resultados que, de outro modo, não seriam atingidos.

Por isso, é muito importante que, nos dias que seguem - em final de janeiro e início de fevereiro, quando haverá o retorno às atividades parlamentares, após o recesso de fim de ano -, as entidades sindicais e os próprios trabalhadores se mobilizem e façam carga para conquistar este aperfeiçoamento institucional. Como se diz: “já está maduro, no ponto de ser colhido”.

FGTS

Correção do saldo

A ação é coletiva e contemplará a todos os engenheiros e demais representados do SENGE/RJ

O SENGE/RJ comunica aos seus representados que ajuizou na Justiça Federal do RJ, em 11/12/2013 e contra a CEF, a ação de perdas do FGTS, que recebeu o número 0032992-88.2013.4.02.5101, foi distribuída para a 12a Vara Federal e poderá ser acompanhada através do seguinte site: www.jfrj.jus.br.

A questão se refere ao fato de que a TR (Taxa Referencial, que é o índice de correção que a CEF aplica para atualizar o saldo do FGTS) não vem sendo corrigida da maneira devida, sequer acompanhando a inflação, o que pode estar gerando um prejuízo aos trabalhadores na correção do fundo em mais de 80% e desde o ano de 1999.

Esclarecemos que a ação, que é coletiva e apenas tratará da questão de mérito, contemplará a todos os engenheiros e demais representados do SENGE/RJ (agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, físicos, tecnólogos e de profissões similares ou conexas de nível superior) no Estado do Rio de Janeiro, sócios ou não do Sindicato, não sendo necessária a apresentação de qualquer documento pessoal por parte dos nossos representados neste momento, considerando que o autor da ação é o SENGE/RJ, na condição de substituto processual.

Na hipótese de êxito da ação,

o Sindicato terá que ajuizar ações individuais ou plúrimas (ações com no máximo 10 autores) para cuidar da questão da liquidação do pedido, ou seja, apurar os valores individuais devidos a cada um dos nossos representados, quando será necessário o fornecimento de procuração aos advogados da entidade e a apresentação de cópia de alguns documentos, tais como: CPF, identidade, comprovante de residência e extratos da conta do FGTS.

Na eventualidade da ação ser julgada improcedente, nenhum ônus será imputado aos seus participantes, arcando o Sindicato com todas as despesas processuais.

E para que os nossos representados façam parte integrante da ação na condição de substituídos processualmente pelo Sindicato, será necessário observar o seguinte:

a) associados: todos já fazem parte integrante da ação, de forma automática, devendo apenas procurarem o Sindicato para

quitarem eventuais dívidas de mensalidade social; sendo certo que, quando do ajuizamento das ações individuais para o levantamento dos valores devidos, terão a obrigação estatutária de pagar ao Sindicato 10% sobre o valor líquido efetivamente recebido, ao final do processo e sob a rubrica de TFS – Taxa de Fortalecimento Sindical.

b) não associados: obrigatoriamente, terão que preencher, assinar e enviar ao Sindicato um termo de autorização, bem como pagar uma taxa de 100 reais, condições que terão que ser observadas até a data limite de 30/04/2014; sendo certo que, quando do ajuizamento das ações individuais para o levantamento dos valores devidos, terão o compromisso de pagar ao Sindicato 20% sobre o valor líquido efetivamente recebido, ao final do processo e sob a rubrica de TFS.

O termo de autorização e o boleto de pagamento poderá ser obtido clicando aqui e deverá ser remetido ao Sindicato por meio do seguinte e-mail: fgts@sengerj2.org.br.

Finalmente, esclarecemos que o Sindicato manterá a categoria habitualmente informada sobre o andamento do processo através do seu site, cujo endereço é: <http://www.sengerj.org.br/>

■ PELAS EMPRESAS

Ampla

Trabalhadores da Ampla aprovam proposta

■ Os trabalhadores da Ampla aprovaram, em assembleia realizada no dia 22 de janeiro, a proposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com validade de um ano. Compareceram 27 engenheiros (30% do quadro). Foram 24 votos a favor da proposta e três contra.

A proposta prevê ainda ganho real de 0.5%, o INPC do período e um abono mínimo de R\$2.000,00 ou 30% do salário, o que for maior. O ACT manterá as demais condições econômicas que já tinham sido apresentadas nas outras rodadas de negociação.

Os representados pelo SENGE-RJ não aceitaram a proposta inicial de que o acordo fosse de dois anos, que foi aceita pelos sindicatos de Campos e de Niterói. Segundo o representante sindical do SENGE-RJ na Ampla, Francisco Fraga, isso aconteceu em função do valor do ganho real não ter sido majorado, enquanto que os lucros líquidos da empresa têm sido cada vez maiores.

INB

Marcada assembleia de trabalhadores da INB

■ Os trabalhadores das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) se reuniram em uma assembleia realizada no dia 10 de março, às 7h45, na portaria P1 da empresa em Resende.

O objetivo da reunião é avaliar a contraproposta da empresa e deliberar sobre o estado de greve e deflagração da greve.

A Intersindical INB é composta pelo SENGE-RJ, Quimseulf, Sintaerj, Sindimina-RJ, Metabse, Sinserj, Sindecon e Sindimine.



Privatização vai às telas

No dia 12 de dezembro, o SENGE-RJ assinou o contrato com o cineasta Silvio Tendler para a produção de um documentário sobre as privatizações no Brasil. Desde então, o Sindicato e a produtora de Tendler, a Caliban Produções Cinematográficas, já começaram as gravações para o filme que denunciará as condições da privatização no Brasil. A previsão para o término das filmagens é maio de 2014.

Segundo o conselheiro do SENGE-RJ, Antonio Gerson, foram definidos os eixos principais que serão abordados no documentário. Entre elas está a defesa de que os itens básicos da sociedade devem ser providos pelo Estado.

Além disso, também será refutada a ideia de que a privatização melhora o serviço prestado. O documentário apresentará uma pesquisa com casos em que o processo de privatização trouxe ainda mais problemas para a população.



Adriana Medeiros

O diretores do SENGE-RJ, Rubens Corveto e Clovis Nascimento, o cineasta Silvio Tendler, o presidente do Sindicato, Olimpio dos Santos, o engenheiro Sérgio Almeida e os ditetores do SENGE-RJ, Miguel Sampaio, Maria Virginia Brandão e Jorge Antônio da Silva.

O conselheiro do SENGE-RJ conta que as entrevistas já começaram a ser realizadas. Segundo ele, entre os primeiros entrevistados está Luiz

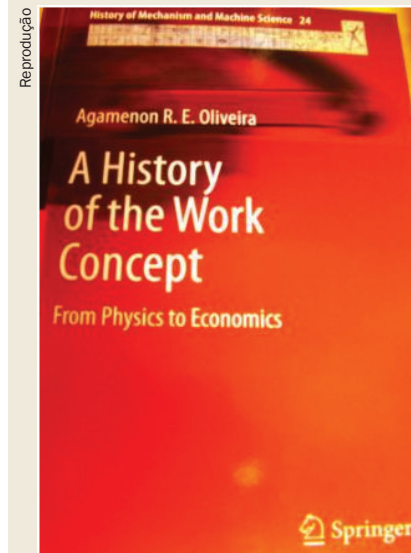
Pinguelli Rosa, físico especializado em engenharia nuclear e planejamento energético. Pinguelli já foi presidente da Eletrobras.

Diretor do SENGE-RJ lança livro em Londres

O livro "A History of the Work Concept From Physics to Economics" (Uma História do Conceito de Trabalho - Da Física à Economia) foi lançado neste mês de dezembro, em Londres. A publicação do diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), Agamenon Oliveira, remonta à história do conceito do trabalho.

"Esta é uma contribuição complementar à versão universal do trabalho com ação física, caminhando para a incorporação ao pensamento econômico, a partir de uma concepção antropológica", explicou.

Lançado pela editora Springer, o livro é resultado da tese de doutorado de Agamenon em História da Ciência, concluído em 2006. Ao todo, foram três anos e meio de formulação e mais um ano de versão para o inglês, feita pelo próprio autor.



art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. / 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br
imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912313246/2012/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

